ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

Eduard A Bendrath, Alberto Albuquerque Gomes

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente – SP.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, e contou com apoio financeiro da FAPESP. O objetivo geral deste estudo foi analisar como o público freqüentador concebe o programa em temas centrais como violência, melhoria da educação e aproximação escola e comunidade em relação à posição geográfica da escola dentro de uma escala de exclusão social. A metodologia usada foi baseada em um modelo quantitativo não-experimental, com análise de dados não-paramétricos usando o teste de Kruskal-Wallis. O lócus do estudo foi a cidade Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, tendo como base quatro escolas estaduais posicionadas em regiões distintas da cidade. Verificou-se que as médias dos valores das respostas variam de acordo a posição geográfica, porém estatisticamente a diferença significativa entre as respostas e regiões só é confirmada na análise ao item sobre a presença de violência dentro e próximo das escolas.

Palavras-chave: Programa Escola da Família, UNESCO, Políticas Públicas.

ANALYSIS OF FAMILY SCHOOL PROGRAM IN CITY PRESIDENTE PRUDENTE

ABSTRACT

This research was conducted at Universidade Estadual Paulista, Campus of Presidente Prudente, and was supported by FAPESP. The aim of this study was to analyze how the public sees the program frequenter on central themes such as violence, improving education and school and community approach in relation to geographic location of the school within a range of social exclusion. The methodology used was based on a quantitative model of non-experimental, with data analysis using the nonparametric Kruskal-Wallis test. The locus of the study was the city Presidente Prudente, São Paulo, Brazil, based on four state schools placed in different areas of the city. It was found that the mean values of the responses vary according to geographical position, but statistically significant difference between respondents and regions is confirmed only in the item analysis on the presence of violence in and around schools.

Keywords: Family School Program, UNESCO, Public Policy.

INTRODUÇÃO

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (Relatório Delors), publicado em 1996 e liderado pelo francês Jacques Delors, apresentou bases e conceitos inovadores, adequando e lançando questões referentes à cultura, globalização, economia e valores plurais como centrais ao processo educacional do novo milênio.

Alinhando questões de desenvolvimento econômico junto à atuação no campo do desenvolvimento humano e social, o Relatório Delors, é enfático ao elencar a necessidade de adequação dos organismos internacionais frente ao desenvolvimento de políticas públicas eficazes e coerentes com as realidades dos países onde inseridas.

> [...] nos domínios político e econômico, se recorre cada vez mais a ações de nível internacional para tentar encontrar soluções satisfatórias para os problemas mundiais, quanto mais não seja, devido ao fenômeno de crescente interdependência para o qual já se chamou várias vezes a atenção. Lastima, igualmente, os fracos resultados obtidos e a necessidade de reformar as instituições internacionais, para que se tornem mais eficazes nas suas intervenções. Esta análise aplica-se, em igualdade de circunstâncias, às áreas abrangidas pelo social e pela educação. (DELORS, 1996, p.29)

A intervenção internacional, em especial nos campos social e educacional, deve garantir o necessário desenvolvimento dos países mais pobres, obedecendo-se suas particularidades no que tange à sua cultura local e a forma de aplicação das políticas públicas de acordo com os objetivos e metas estabelecidas (BENDRATH, 2012). Assim, para Delors (1996), a base concreta que fundamenta o Relatório, define que a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social devendo para tanto, ser esse o marco inicial para o processo de desenvolvimento de políticas e programas educacionais apoiados pela organização.

A adequação das necessidades provenientes das demandas da sociedade com a proposta de um modelo educativo coerente com seu tempo foi a aposta de Delors ao estabelecer “pilares fundamentais” para a educação como um todo. Nessa perspectiva, todo e qualquer modelo educacional, seja ele formal ou não-formal está sujeito a essa adequação desde que as políticas fluam para esse sentido. A Educação, segundo a UNESCO e baseada no

Relatório Delors deve estar fundamentada em: *Aprender a conhecer*; *Aprender a fazer*; *Aprender a viver juntos; Aprender a ser.*

A partir de tais premissas a UNESCO em parceira com o Governo do Estado de São Paulo lançou em 2003 a proposta do Programa Escola da Família (PEF), proposta essa baseada em um modelo de educação não-formal voltado para abertura das escolas públicas aos finais de semana para as comunidades do entorno das escolas.

A iniciativa de implantação deste tipo de programa em São Paulo, não é nova, e traz na bagagem experiências da UNESCO na execução e acompanhamento de programas semelhantes em outros Estados e países. De acordo com Noleto (2004) as experiências bem sucedidas na França, Estados Unidos e Espanha, foram fundamentais para a elaboração de um programa de abertura das escolas públicas aos finais de semana no Brasil.

Publicado no Diário Oficial de São Paulo em 02 de setembro de 2003, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE), a União, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), firmou convênio de cooperação técnica para a implementação do Programa Escola da Família no Estado de São Paulo. O Prodoc, primeiro documento do acordo de cooperação entre a SEE e a UNESCO, define a intencionalidade em abrir caminhos para uma política pública que beneficia a comunidade em geral (SÃO PAULO, 2004, p.142). A intenção: abrir as escolas estaduais e transformá-las em centros de convivência e espaços socioeducativos para alunos e membros da comunidade local.

Em 23 de agosto de 2003 as escolas estaduais do Estado abriram pela primeira vez as suas portas para a população em geral. A grandiosidade da proposta paulista superou a marca estabelecida pela UNESCO em programas semelhantes em outros estados e países. Inicialmente com 5.306 escolas em 645 municípios, mais de 6.000 profissionais de educação envolvidos diretamente, 25 mil universitários bolsistas em 89 diretorias de ensino, o programa se tornou a maior cooperação técnica já realizada pela UNESCO em todo o mundo. A UNESCO contribuiu com o Programa Escola da Família (PEF), oferecendo sua expertise no desenvolvimento da cultura da paz, adquirida pelas experiências aplicadas em vários países, inclusive no próprio Brasil (GOMES, 2008).

O contrato de cooperação internacional com a UNESCO cessou no final de 2006, porém o Estado de São Paulo manteve o programa ativo tomando como base as mesmas concepções teóricas que o fundamentaram. Como bem afirma Rolim

(2008), a descoberta da escola como lugar de convívio, divertimento e acesso à cultura nos fins de semana é um fato da maior relevância na história da educação brasileira.

Muitas vezes a escola acaba se tornando o centro de referência em localidades mais afastadas ou com grande ausência de espaços públicos e políticas sociais. Coube ao Programa Escola da Família a disseminação de valores como igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, tolerância, diálogo, reconciliação e solidariedade, combate a exclusão social, incentivo à participação cultural, cuidado com o meio ambiente, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, como para a promoção da cultura da paz e do desenvolvimento social (SÃO PAULO, 2004, p.47).

Para Bezerra Neto e Ferreira (2006) o desafio é aproximar, cada dia mais a comunidade da escola, estimulando a interação democrática entre os alunos, pais, funcionários e toda a população em seu entorno, bem como a busca de mecanismos de facilitação de seus acervos para aumentar a divulgação de informações e obtenção de conhecimentos, desafio esse lançado ao Programa Escola da Família a partir da amplitude de suas ações.

O conceito de abertura das escolas aos finais de semana deve ressaltar o valor da identidade local onde está inserida, trazendo para isso, as concepções de Paulo Freire para uma educação voltada para a autonomia e exercício da cidadania. Os projetos desenvolvidos em cada escola devem ser construídos coletivamente, de acordo com os anseios dos jovens e da comunidade, posição amplamente defendida por John Dewey. Na mesma linha, a UNESCO acredita que os projetos devem ser oferecidos com possibilidade de manifestação de talentos, estimulando os jovens a conhecer suas potencialidades em diversas áreas. Nesse sentido, a transformação social das comunidades locais a partir da sua interface com modelos alternativos de educação, tendo como lócus central a escola pública, estabelece novas formas de aproximação e melhoria da relação escola-comunidade a partir do princípio da reciprocidade mútua (ABRAMOVAY et al., 2001; ATHIAS, 2006; UNESCO, 2005).

Nesse contexto, os quatro eixos norteadores do programa estabeleceram seus campos de ação dentro dos conceitos de Cultura, Esporte, Saúde e Trabalho. Para cada eixo de ação, um projeto específico é desenvolvido e tem suas metas, objetivos e planos de ação definidos em cada escola de acordo com os interesses e demandas locais.

> Todas as ações do Programa Escola da Família devem ser organizadas em projetos, que são o

> caminho entre a palavra e a ação do educador. O projeto é a intenção que se concretiza no conjunto de atividades planejadas e inter-relacionadas, aliadas ao contexto para alcançar um objetivo específico. (SÃO PAULO, 2004, p.142)

Toda e qualquer atividade é embasada pelo registro descritivo da metodologia utilizada e dos objetivos propostos, facilitando a articulação entre os interesses e necessidades da comunidade com as finalidades do programa.

O Programa Escola da Família, assim como os demais programas da UNESCO criados sobre a mesma base, traz consigo a iniciativa de transformar espaços escolares públicos, historicamente conhecidos como rígidos e sistematizados dentro da ideologia de educação estatal, como fonte de integração entre os jovens e espaço de convivência entre gerações, atuando como um sistema de prevenção à delinqüência e marginalidade juvenil.

Rolim (2008), em uma publicação apoiada pela organização, advoga que programas que atuam diretamente com ações de natureza preventiva são os que apresentam resultados mais efetivos quando a questão sobre violência é colocada em debate.

> Os estudos disponíveis a respeito das relações entre custo e benefício de programas de prevenção para o crime e a violência oferecem a certeza de que opções desta natureza são preferíveis, ainda quando comparadas aos melhores resultados obtidos por estratégias variadas como a qualificação dos policiais, o aumento do número de prisões ou a redução dos indicadores de impunidade. (ROLIM, 2008, p.35)

As questões que versam sobre o futuro e as perspectivas desses jovens em um país com grandes desigualdades sociais ganham força no discurso para elaboração de políticas públicas que minimizem tais efeitos. Violência e exclusão social são fatores potencializadores de atitudes e comportamentos negativos em que jovens e adolescentes podem estar expostos quando o Estado não se faz presente.

Neste trabalho, optamos pela análise baseada na exclusão social das escolas, pois de acordo com os estudos e publicações do CEMESPP - Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (2000, 2002), no qual essa pesquisa tomou como referência, a exclusão social pode ser resultado da submissão de um indivíduo ou grupo à pobreza, mas pode também resultar de valores culturais que definem o que deve ser considerado benigno ou não, o que especialmente pode ter influência pelas

ações propostas pelo programa nas regiões analisadas.

Para Castel (1998), a exclusão social pode ser considerada como o ponto máximo da marginalização do indivíduo, levando-o a um afastamento progressivo da sociedade. Para o autor, é necessário atentar para a precariedade e vulnerabilidade dos vínculos sociais, em que a visão da sociedade sobre a "inutilidade social" de alguns indivíduos agrava a questão social.

O estudo do fator da exclusão social traz à tona o entendimento dos anseios das comunidades locais e reflexões sobre as questões de desigualdades e ausência de políticas públicas que reduzam as lacunas deixadas pelo poder público. Nesse contexto, entendemos que:

> Ao discutir as diferentes teorias das causas da exclusão social, o fator econômico aponta-se como determinante, reforçando assim não só a necessidade de conhecer suas diferentes manifestações, mas fundamentalmente de encará-las como uma situação relativa, onde a cada momento, se alteram as posições individuais e/ou familiares. (CEMESPP, 2000, p.18-19)

Em publicação sobre a questão da juventude, Castro e Abramoway (2002) relatam a posição de vários autores que tratam a vulnerabilidade social como a desconstrução de um sentido único, estabelecendo padrões de vulnerabilidade negativos e positivos (quando se aprende, pelo vivido, a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo). Intimamente relacionada com as questões da exclusão social, encontram-se os seus produtos diretos, dentre eles a violência. A violência pode ser caracterizada como um dos fatores decorrentes das dificuldades econômicas e sociais em que grupos socialmente excluídos e vulneráveis estão sujeitos.

O fator socioeconômico pode ser caracterizado com um dos principais elementos constituintes da elevação da criminalidade em áreas de exclusão social. Nessas áreas, segundo a UNESCO (2003) é elevado o crescimento de grupos e gangues, tráfico de drogas e o colapso da estrutura familiar. A ausência de pontos de referência entre os jovens, segundo a organização, também contribui para o surgimento de atos infracionais e aumento da criminalidade local.

Ausência de áreas públicas de lazer e esporte, oportunidades de qualificação profissional e falta de acesso a bens culturais, geram a ociosidade juvenil, traduzida nas áreas de maior exclusão como indicativo de crimes e conflitos.

> [...] os jovens (20% da população brasileira) representam um dos grupos

> sociais mais vulneráveis, com altas taxas de evasão escolar que resultam em baixa escolaridade, conseqüentemente em grande vulnerabilidade social, e são os principais envolvidos em mortes violentas. Sendo que nos finais de semana os índices de homicídios envolvendo a população jovem cresceu 68,2% e atingem mais os jovens com menor escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. (GOMES, 2008, p.77)

Muitas vezes o ponto de referência nessas localidades é a escola pública, o que reforça a idéia de uma área que necessita de uma atenção especial por parte do poder público.

> Os estudos da UNESCO indicaram também a importância de proteger o entorno imediato das escolas. De fato, como apontado no livro "Violência nas Escolas", as áreas adjacentes à escola são também fontes de risco, na medida em que elas, freqüentemente, se caracterizam pela presença de estabelecimentos como bares, restaurantes etc. Todas as medidas de proteção devem ser usadas para assegurar um ambiente seguro para nossos jovens, quer dentro ou fora do perímetro da área escolar. (UNESCO, 2003, p.9)

Como centro de referência em áreas de exclusão, a escola pública pode se tornar agente de transformações e mudanças sociais no contexto em que está inserida. A ampliação do acesso a bens por parte da comunidade local e dos jovens pode fortalecer a relação local contribuindo para um sentimento de “pertença” e “inclusão”, minimizando os efeitos gerados pela exclusão social. Dessa forma a política de abertura das escolas públicas aos finais de semana, possui dentro dos seus objetivos diretos, a inclusão de jovens e adolescentes a um processo educativo não-formal, com intuito de garantir e propagar uma cultura de paz.

MÉTODOS

Analisar o Programa Escola da Família na cidade de Presidente Prudente, São Paulo significa garantir um olhar externo, orientando os melhores procedimentos de gestão para que a população beneficiária possa definitivamente fazer uso dos melhores recursos disponibilizados pelo Governo Paulista. Dessa forma o objetivo central desse estudo foi verificar a opinião do público alvo, participante do programa, sobre três temas centrais dessa proposta de política pública (violência, qualidade da educação e aproximação escola e comunidade) e relacioná-los com a localização sócio-geográfica de cada unidade escolar.

Presidente Prudente está localizada no interior do Estado de São Paulo, cidade que possui segundo dados do Censo 2010 do IBGE, 207.610 habitantes. Considerada pelo Estado a capital da região Administrativa de Presidente Prudente, a cidade é o maior centro urbano e econômico do Oeste paulista, região caracterizada no Brasil pela alta concentração de estabelecimentos carcerários, totalizando 19 centros prisionais e uma população carcerária de 17.013 presos, o que fortalece a importância de pesquisas baseadas no tema da cultura da paz.

A presente pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP (processo 2008/02350-0), e foi baseada em um modelo de avaliação quantitativo não-experimental, onde optamos por desenvolver a pesquisa em 4 escolas que possuíam o programa em execução, porém em contextos distintos umas das outras. A escolha das Unidades Escolares integrantes da pesquisa levou em consideração a escala de exclusão social[1], onde as variáveis determinantes foram os fatores de localidade e posição no grupo de exclusão social apontado nos estudos do CEMESSP[2] (2000, 2002).

Tabela 1. Localização das Escolas da Pesquisa na Escala de Exclusão Social

Escola	Característica Sócio-Geográfica das Escolas Pesquisadas
Escola 1	Escola em região central da cidade e situada em área de inclusão social.
Escola 2	Escola em região periférica isolada, e situada em área de pouca exclusão social.
Escola 3	Escola em região periférica da cidade e situada em área de média exclusão social.
Escola 4	Escola em região periférica da cidade e situada em área de grande exclusão social.

Fonte: Pesquisa autores, CEMESSP, 2000, 2002.

A amostra do público selecionada para participar da pesquisa foi composta pela comunidade que freqüenta as escolas aos finais de semana, foram selecionadas apenas as pessoas integrantes da faixa estipuladas pela UNESCO como alvo do programa, ou seja, jovens de 14 a 18 anos. O objetivo de investigar essa população foi identificar como vêem o programa em questões sociais importantes como melhoria da educação, redução da violência e aproximação escola e comunidade.

O procedimento de seleção amostral foi constituído pelo modelo intencional, não-probabilístico, sendo os dados coletados de forma transversal, em um único dia, com todos os participantes da faixa etária selecionada, totalizando 99 sujeitos assim distribuídos:

[1] Classificação crescente das escolas em níveis que variam desde áreas de Inclusão Social até áreas de Alta Exclusão Social dentro da cidade.

[2] Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas - UNESP/FCT

Tabela 2. Quantidade de sujeitos entrevistados por escola

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4
n = 46	n = 23	n = 21	n = 09
N = 99			

Fonte: Pesquisa autores

O questionário aplicado, baseado na escala Likert, possuía frases afirmativas onde o sujeito avaliava a sua concordância ou não em uma escala de 5 pontos, que variavam entre: *Discordo Plenamente* (valor 1), *Discordo* (valor 2), *Nem concordo nem discordo* (valor 3), *Concordo* (valor 4), *Concordo Plenamente* (valor 5).

Tabela 3. Pontuação por resposta ao item.

Discordo Plenamente	**Discordo**	**Nem Concordo, Nem Discordo**	**Concordo**	**Concordo Plenamente**
Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5
Indicativo de Resposta				
Negativa	**Negativa Parcial**	**Neutralidade**	**Concordância**	**Concordância Total**

Fonte: Pesquisa autores

Foram avaliados 4 tópicos que versavam sobre as seguintes frases afirmativas:

- *O Programa Escola da Família contribui para a melhoria da qualidade da educação do Estado de São Paulo;*
- *As atividades do Programa Escola da Família fortalecem a relação entre a comunidade e a escola;*
- *Agressões pessoais e brigas acontecem com freqüência perto e dentro da escola;*
- *O Programa Escola da Família auxilia na redução da marginalidade local e violência escolar.*

Para a análise dos dados foi utilizado o software SPSS 17.0, adotando o procedimento básico da estatística descritiva baseado na escala Likert, como média e desvio padrão.

Em relação ao problema estabelecido pelas diferenças existentes entre as quantidades de sujeitos (n) entrevistados nas escolas, optou-se por utilizar a estatística não-paramétrica para distribuições não normais de dados. Assim para a validação dessas informações foi utilizado o cálculo estatístico de Kruskal-Wallis para variáveis categóricas não-paramétricas, tendo como referência o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$), obtendo dessa forma a média

específica do teste bem como a comparação direta entre as diferentes escolas.

RESULTADOS

De acordo com os dados coletados verificou-se que sobre a concepção de melhoria da qualidade da Educação que o Programa Escola da Família (PEF) pode oferecer para as comunidades aumenta em regiões de maior exclusão social em comparação com as demais. Porém, tais dados não podem ser considerados estatisticamente significativos de acordo com os valores encontrados na Tabela 4.

Tabela 4. Valores sobre a relação Melhoria da Qualidade da Educação e PEF

Média (Kruskal-Wallis)	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4
	46,18	48,07	51,43	71,11
Média geral	2,82 (±0,52)	2,86 (±0,62)	2,90 (±0,70)	3,44 (±0,52)

Significância Valor p=0,12 (p≤0,05)

Fonte: Pesquisa autores

Em relação ao fortalecimento da relação entre as comunidades locais e o Programa Escola da Família constatou-se que não existem diferenças significativas baseadas no grau de exclusão social em que as escolas estão inseridas, isso significa que a média estabelecida pelas quatro escolas (2,82 ±0,62), não modifica estatisticamente de forma significante de uma região para outra.

Tabela 5. Valores sobre a relação entre o Fortalecimento da Comunidade Local e o PEF

Média (Kruskal-Wallis)	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4
	49,40	53,87	51,90	38,72
Média geral	2,80 (±0,68)	3,00 (±0,52)	2,95 (±0,38)	2,55 (±0,88)

Significância Valor p=0,30 (p≤0,05)

Fonte: Pesquisa autores

Sobre o fortalecimento da comunidade via ações do Programa Escola da Família (PEF), os valores verificados pela média, mostram que as opiniões oscilam entre os scores "*Discordo*" (valor 2) e "*Nem Concordo Nem Discordo"* (valor 3), mostrando que o programa ainda não está consolidado dentro das comunidades locais. Isso pode ser observado em todas as escolas, tendo em vista que não houve significância estatística entre as mesmas (p=0,30).

As análises relativas às agressões pessoais e brigas que ocorrem perto e dentro da escola, mostrou que existe uma diferença significativa entre as escolas (p=0,000), especialmente em relação a escola 4 (alta exclusão), onde é possível observar um elevado *score* de concordância em relação as demais.

No aspecto geral, as escolas 1 e 3 apresentaram média dentro dos *scores* nas escalas de valor 1 e valor 2, com desvio padrão respectivos de ±0,99 e ±0,79, porém as escolas 2 e 4 apresentaram *scores* dentro das escalas valor 2 e valor 3. Assim como a escola 1, as escolas 2 e 3 mostram elevado desvio padrão (±1,08 e ±0,92), o que caracteriza difusão das opiniões com tendência de aceitação de maiores índices de violência nas regiões.

Tabela 6. Valores sobre verificação de Agressões e Brigas dentro e perto das Escolas

Média (Kruskal-Wallis)	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4
	46,34	58,85	36,14	78,44
Média geral	1,73 (±0,99)	2,21(±1,08)	1,33 (±0,79)	3,11 (±0,92)

Significância Valor p=0,000 (p≤0,05)

Fonte: Pesquisa autores

Ainda com relação à questão da violência nas regiões das escolas analisadas, foi verificado se o Programa Escola da Família (PEF) de alguma forma contribui com a redução dessa violência local. Os dados mostraram que as escolas 3 e 4, as localizadas em regiões de maior exclusão, apresentam opiniões de seus freqüentadores com indicativos de que o programa de alguma forma auxilia na redução da violência local. Porém essa diferença não foi considerada estatisticamente significativa entre as escolas conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7. Valores sobre as opiniões da Redução da Violência local pelo PEF

Média (Kruskal-Wallis)	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4
	51,29	39,76	51,86	65,22
Média geral	2,67 (±1,01)	2,26(±1,00)	2,71 (±0,90)	3,22 (±0,44)

Significância Valor p=0,053 (p≤0,05)

Fonte: Pesquisa autores

DISCUSSÃO

O Programa Escola da Família enquanto política pública do Governo do Estado de São Paulo, em execução desde 2003, modificou as relações entre comunidade e escola, proporcionando então uma nova concepção de educação pública, agora atrelada a formação global do indivíduo, incorporando aspectos relacionados à formação profissional, ao bem estar físico e mental, e ao processo de socialização através da educação não-formal, tal qual a prerrogativa da UNESCO para uma educação ao longo da vida.

As análises dos dados coletados na pesquisa de campo nos mostram certa variabilidade em relação a opinião dos freqüentadores do programa com relação aos temas centrais do estudo, como violência, melhoria da educação e aproximação escola e comunidade. Tal variação é observada principalmente em relação a escola 4, que fica localizada em uma região de alta exclusão social da cidade, porém mesmo com as diferenças existentes entre as médias dos *scores* das escolas, somente os dados relacionados ao item "*Agressões pessoais e brigas acontecem com freqüência perto e dentro da escola*" obteve significativa diferença estatística entre as escolas analisadas, nos levando a afirmar que o indicativo de violência é freqüentemente associado a exclusão social.

Mas ao analisar a relação de como o programa poderia auxiliar na redução dessa violência através do item: *"O Programa Escola da Família auxilia na redução da marginalidade local e violência escolar",* nota-se também um maior *score* da escola 4, porém não havendo diferença estatisticamente significante entre todas as demais escolas, nos levando a dizer que a localidade da escola não influência nesse quesito.

Sobre o item "*O Programa Escola da Família contribui para a melhoria da qualidade da educação do Estado de São Paulo";* nota-se também que a escola 4 obtém elevado *score* em relação as demais, nos levando a crer que a implantação de programas tais quais o PEF em regiões de exclusão, levam as comunidades a acreditar em mudanças educacionais na localidade. Porém, não se pode extrapolar a analise para as demais escolas tendo em vista a não significância estatística da análise. Destaca-se a analise do item "*As atividades do Programa Escola da Família fortalecem a relação entre a comunidade e a escola",* onde observamos o menor *score* da escola 4 em relação as demais, indicando que o programa necessita de ações mais efetivas para aproximar a comunidade da escola em regiões de alta exclusão social.

De forma geral podemos concluir que só foi encontrada diferença estatística

significativa entre as escolas, quando observamos o item sobre a violência dentro e próximo as escolas (agressões), onde nesse caso houve um valor altamente significativo (p=0,000), indicando que as ações voltadas para a redução de violência entre jovens ainda são incipientes.

AGRADECIMENTO

À FAPESP pelo apoio financeiro concedido na condução dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, M.; CASTRO, M. G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa,** n.116, p.143-176, 2002.

_____. **Escolas de Paz**. Brasília: UNESCO. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

ATHIAS, G. **Dias de paz**: a abertura das escolas paulistas para a Comunidade. Brasília: UNESCO, 2006,

BENDRATH, E. A. Organismos internacionais e políticas de educação não-formal. **Revista de Ciências da Educação**, v.14, n.26, p. 187-206, 2012.

BEZERRA NETO, L.; FERREIRA, M. L. Escola da Família: Um Projeto de Inclusão? **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.23, p.163-170, 2006.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social.** Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEMESPP - Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas. **SIGI:** Sistema de Informação para Tomada de Decisão Municipal. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

_____. **SIGI:** Sistema de Informação para Tomada de Decisão Municipal. Fase II. Presidente Prudente: UNESP, 2002.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. 1996.

GOMES, C. A. **Dos valores proclamados aos valores vividos.** Brasília: UNESCO, 2001.

_____. **Abrindo espaços:** Múltiplos olhares. Brasília: UNESCO, 2008.

NOLETO, M. J. **Abrindo Espaços**: Educação e Cultura para a Paz. Brasília: UNESCO. 2004.

_____. **Construindo saberes:** referências conceituais e metodologia do Programa Abrindo Espaços e Cultura para a Paz. Brasília: UNESCO, 2008.

_____. **Fortalecendo competências.** Formação Continuada para o Programa Abrindo Espaços*:* Educação e Cultura para a Paz. Brasília: UNESCO, 2008.

ROLIM, M. **Mais educação, menos violência:** caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas aos fins de semana. Brasília: UNESCO, 2008.

SÃO PAULO. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Projetos Especiais. **Escola da Família.** São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2004. **(Idéias 32)**

UNESCO. **Lidando com a violência nas escolas:** O papel da UNESCO/BRASIL. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. **Cotidiano das escolas**: entre violências. Brasília: UNESCO, 2005.